



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

EDITAL - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

PROCESSO Nº 035/2024

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO/FECHADO

REGIME DE EXECUÇÃO: EMPREITADA

OBJETO: *Contratação de empresa para realização de reforma da Casa da Agricultura “João Ciampone”, devendo o contratado executar a reforma conforme o Termo de Referência e planilha orçamentária.*

VALOR MÁXIMO ESTIMADO PELA MUNICIPALIDADE DA OBRA: R\$ 47.182,85 (quarenta e sete mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

DATA DA REALIZAÇÃO: 05 de Novembro de 2024 às 08h00min.

INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: As 07h:00h do dia 21 de Outubro de 2024.

FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: As 07h:00h do dia 05 de Novembro de 2024.

INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: As 08h:00h do dia 05 de Novembro de 2024.

COMUNICADO AOS INTERESSADOS NA PARTICIPAÇÃO DA CONCORRÊNCIA

O Município de Vitória Brasil – SP, vem mui respeitosamente, trazer ao conhecimento de todos, que não hesitará em penalizar os licitantes que descumprirem o pactuado neste edital conforme artigo 155 e 156 da Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais leis pertinentes. Eventual inobservância das regras legais, o Município de Vitória Brasil – SP, se pronunciará com clareza e precisão quanto às suas decisões de aplicar multas, suspender e impedir proponentes de participarem de certames licitatórios. Desta feita, no intuito de evitar transtornos, solicitamos aos licitantes interessados que apresentem adequadamente a documentação relativa à habilitação e proposta de preços, firmando lances de forma consciente, séria, concisa, firme, concreta e exequível. Os licitantes deverão entregar o objeto em conformidade com o prazo, preços, padrões de qualidades exigidos no edital e leis pertinentes. Por fim, salientamos que pedidos de recomposição ou realinhamento de preços são exceções à regra, aplicáveis exclusivamente em situações especiais, e somente serão deferidos se estiverem em total consonância com a lei.

PREÂMBULO:

A Prefeitura do Município de Vitória Brasil/SP, pessoa jurídica de direito público, inscrita na CNPJ sob nº 01.611.210/0001-89, com sede na cidade de Vitória Brasil, na Rua Dr. Nunes, nº 680, Centro, através do Senhor Paulo Henrique Miotto, Prefeito Municipal, torna público a realização de licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, pelo critério de aceitabilidade **MENOR PREÇO GLOBAL** nos termos da legislação vigente, na modalidade **CONCORRÊNCIA, NA FORMA ELETRÔNICA**, nos termos da lei nº 14.133/2021, da lei complementar nº 123/2006 e alterações, da lei nº 11.488/2007 e o **Decreto Municipal nº 1560 de 24/06/2024**, e demais exigências estabelecidas neste EDITAL.

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de reforma da Casa da Agricultura “João Ciampone”, deste município de Vitória Brasil (SP), conforme quantidades e especificações do Termo de Referência (TR) e demais documentos do setor Engenharia Municipal.

O licitante interessado **PODERÁ VISTORAR O LOCAL DA OBRA** em dias úteis de expediente do Município de Vitória Brasil/SP, mediante agendamento prévio com o Departamento Municipal de Engenharia por meio do contato (17)



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

3642-9000, dentro do período de funcionamento da Prefeitura – de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h00min e das 13h00h as 15h30min.

1.2. O objeto acima mencionado obedecerá às quantidades definidas e especificações técnicas contidas no Termo de Referência (TR) e documentos da engenharia, que fazem parte integrante deste Edital.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

02.01. A concorrência, na forma Eletrônica, será realizada em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão, na Forma Eletrônica (licitações) da Bolsa de Licitações e Leilões - BLL.

02.02. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público da Prefeitura Municipal de Vitória Brasil/SP, denominado **PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ESPECIAL**, conforme portaria municipal, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Bolsa de Licitações e Leilões (www.bllcompras.org.br).

02.03. As comunicações referentes ao certame serão publicadas no Diário Oficial Eletrônico do Município (https://www.imprensaoficialmunicipal.com.br/vitoria_brasil). As demais condições constam do presente edital, seus anexos e minuta do contrato.

02.02.01. A intimação em diário oficial será usada inclusive para efeitos de intimação quando o administrado se furta de sê-lo pessoalmente, devendo sempre informar seu paradeiro à administração (art. 363 do Código de Processo Penal).

02.02.02. Qualquer outra comunicação é facultativa pela administração, sendo a regra a do Diário Oficial Eletrônico do Município.

02.04. O Presidente da Comissão de Contratação Especial poderá suspender e retomar os trabalhos, por conveniência na execução da concorrência, quando houver necessidade de fato por causa fortuito ou força maior.

02.05. São deveres dos participantes exporem os fatos conforme a verdade, proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé, não agir de modo temerário, prestar as informações que lhe forem ordenadas, sobretudo de ordem técnica e mercadológica, e colaborar com tudo o quanto for necessário para o bom desenvolvimento dos trabalhos.

02.06. Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

02.07- DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

02.07.01 - O certame será conduzido pelo(a) Presidente da Comissão de Contratação Especial, com auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) Acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Responder as questões formuladas pelos licitantes, relativas ao certame;
- c) Abrir as propostas de preços;
- d) Analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) Desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) Verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) Declarar o vencedor;
- i) Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) Elaborar a ata da sessão com o auxílio eletrônico;
- k) Encaminhar o processo à autoridade superior para homologar;
- l) Abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

previstas na legislação.

3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

03.01. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

2	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA BRASIL				
02	PODER EXECUTIVO				
02 08	SECRET. MUNIC. AGRIC. PEC. ABAST. MEIO AMBIENTE				
020801	DEPTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA				
20	AGRICULTURA				
20 606	Extensao Rural				
20 606 0009	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE				
20 606 0009 2025 0000	MANUTENÇÃO DA SECRET. AGROP. ABAST. MEIO A				
181	3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC.				
0.01.00	110.000 GERAL				

2	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA BRASIL				
02	PODER EXECUTIVO				
02 08	SECRET. MUNIC. AGRIC. PEC. ABAST. MEIO AMBIENTE				
020801	DEPTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA				
20	AGRICULTURA				
20 606	Extensao Rural				
20 606 0009	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENT				
20 606 0009 2025 0000	MANUTENÇÃO DA SECRET. AGROP. ABAST. MEIO A				
210	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO				
0.92.00	100.065 REFORMA CASA DA AGRICULTURA				

4. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

04.01. Poderão participar desta Concorrência os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que atenderem todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, bem como as demais normas que regem a sua atividade (art. 5º, inciso XIII, 170, Constituição Federal) e apresentarem toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento junto ao sistema eletrônico de licitações adotado (Bolsa de Licitações e Leilões - BLL).

04.02. Estão impedidas de participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrem, dentre outras estabelecidas por lei, em uma ou mais situações seguintes:

04.02.01 - Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE VITÓRIA BRASIL (Súmula 51 TCE-SP).

04.03 - A participação na concorrência, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecido.

04.04 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.

04.05 - É vedado ao fornecedor identificar-se em sua proposta ao lançá-la no sistema ou no decorrer da sessão da concorrência, sob pena de desclassificação do licitante.

04.06 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

04.07. Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou através da Bolsa de Licitações e Leilões pelo e-mail contato@bll.org.br.

5. CONDIÇÕES DE CREDENCIAMENTO



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

- 5.1** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **SISTEMA BLL COMPRAS** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA CONCORRÊNCIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.
- 5.2** O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio <https://bll.org.br>.
- 5.3** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
- 5.4** O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 5.5** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma da **BLL Compras** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 5.6** Não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E DA DOCUMENTAÇÃO

6.1 – Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema, **CONCOMITANTEMENTE COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO EXIGIDOS NO EDITAL**, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, **ATÉ A DATA E O HORÁRIO ESTABELECIDOS PARA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**, e documentação técnica. A etapa de que trata esse item será encerrada com a abertura da sessão pública.

6.1.1 – A **AUSÊNCIA** dos documentos de **HABILITAÇÃO** acarretará a **INABILITAÇÃO** do licitante.

6.2 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

6.3 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.4 - O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos para a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

6.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6 - A licitante responde integralmente por todos os atos praticados na concorrência eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

6.7 - Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada concorrência eletrônico.

6.8 - O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

6.9 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (ME e EPP) poderão participar de todos os itens constantes do objeto do presente certame.

6.10 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Presidente da Comissão de Contratação Especial e equipe de apoio e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

07. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

07.01. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico BLL COMPRAS, dos seguintes campos:

a) Valor unitário e total de cada item.



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

- 07.02. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o edital e o Termo de Referência.
- 07.03. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 07.04. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 07.05. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (SESSENTA) DIAS**, a contar da data de sua apresentação.
- 07.06. A proposta deverá ser apresentada exclusivamente na expressão monetária vigente no País.
- 07.07. Os itens cotados devem estar em conformidade com as normas técnicas a eles incidentes.

08. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 08.01. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.
- 08.02. O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ESPECIAL verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.
- 08.02.01. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 08.02.02. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 08.02.03. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 08.03. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 08.04. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 08.05. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 08.06. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 08.07. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta será de **R\$ 100,00 (CEM) REAIS**.
- 08.08. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 08.09. Será adotado para o envio de lances na concorrência eletrônica o modo de disputa **"ABERTO/FECHADO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 08.10. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de **QUINZE MINUTOS**. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de **ATÉ DEZ MINUTOS**, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 08.11. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até **10% (DEZ POR CENTO)** superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em **ATÉ CINCO MINUTOS**, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 08.12. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 08.13. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

08.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

08.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

08.16. No caso de desconexão com o Presidente da Comissão de Contratação Especial, no decorrer da etapa competitiva da Concorrência Eletrônica, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

08.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Presidente da Comissão de Contratação Especial persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Presidente da Comissão de Contratação Especial aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

08.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

08.19. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

08.20. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta, ou melhor, lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

08.21. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

08.22. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

08.23. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

08.24. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

08.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

- a) No país;
- b) Por empresas brasileiras;
- c) Por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) Por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

08.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

08.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o presidente da comissão especial de contratação poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

08.27.01. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

08.27.02. **O Presidente da Comissão Especial de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

08.28. Após a negociação do preço, o Presidente da Comissão de Contratação Especial, iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E SEUS REQUISITOS

9.1 Deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões e/ou entrelinhas e, ainda, devendo ser a (s) folha (s) rubricada (s), datada e assinada pelo representante legal do Licitante ou por procurador legítimo e legalmente constituído.

9.2 Constar em seu inteiro teor:

- a) Razão Social, endereço completo, telefone/fax, e-mail, CNPJ e inscrição estadual ou municipal da empresa detentora da melhor proposta;
- b) Número do Processo e da CONCORRÊNCIA na forma Eletrônica;
- c) Descrição, de forma clara e completa, **DO VALOR DA PROPOSTA VENCEDORA, ANEXAR DESCREVENDO TODOS OS ITENS UNITÁRIOS DAS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E O CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO DA OBRA, APLICANDO OS DESCONTOS OBJETO DESTA LICITAÇÃO A QUAL A EMPRESA FOI VENCEDORA, READEQUADA OS VALORES, EM CONFORMIDADE COM AS ESPECIFICAÇÕES DESTE EDITAL;**
- d) Preço unitário e total de cada VALOR UNITÁRIO, ajustado com o (s) valor (es) vencido pela licitante, em moeda corrente nacional, em algarismo e preferencialmente por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços deverão estar inclusos além do lucro, todas as despesas e custos operacionais, tais como: transporte (inclusive frete), encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, seguro contra todos os riscos existentes, garantia e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens, sendo que aqueles que não forem transcritos, serão considerados como já constantes;
- e) Condições de pagamento: O pagamento será realizado através de medição por empreitada por preço unitário;
- f) Dados bancários (banco, agência, número conta etc), conforme Edital;
- g) Prazo de execução da obra; **120 (duzentos e quarenta) dias.**
- h) Prazo de validade da proposta de, no **mínimo, 60 (sessenta) dias;**
- i) Qualificação do responsável da (s) empresa (s) Licitante (s) vencedora (s), constando nome completo, cargo, CPF, nº da cédula de identidade (RG), órgão e Estado emissor, data de nascimento, endereço residencial completo, e-mail institucional, e-mail pessoal e telefone (s), para fins de exigências relacionadas a AUDESP.

9.3 Serão rejeitadas as propostas que:

- a) Estejam incompletas, isto é, não contenham informações suficientes que permitam perfeita identificação do objeto licitado;
- b) Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital;
- c) Ocorrendo discordância entre os valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos;
- d) Que não atenderem às especificações, prazos e condições, inclusive no que tange à descrição no fixados neste Edital;

9.4 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10 DA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

10.1 Os documentos necessários para habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada, de forma individual, ou publicação em órgão da imprensa oficial, apresentados em formato digital escaneado.

10.2 Para efeitos da comprovação de habilitação, deverão ser enviados, até a data e o horário estabelecido para o fim do recebimento de propostas, os documentos a seguir relacionados nos subitens 10.1.1 (Habilitação Jurídica), 10.1.2 (Qualificação Técnica Profissional e Operacional), 10.1.3 (Regularidade Fiscal e Trabalhista), 10.1.4 (Outras Comprovações).

10.1.1 - Habilitação Jurídica

- a) Cédula de Identidade (R.G) ou outro documento equivalente, e C.P.F dos proprietários, sócios e outra equivalência;
- b) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- g) A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- h) O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;
- i) Declaração de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte quando for o caso, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que deverá ser assinada por seu representante legal e contador responsável,
- j) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.1.2 - Qualificação Técnica Profissional e Operacional:

a) Registro ou inscrição do profissional técnico, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

b) Registro ou inscrição da licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou outro órgão competente em conformidade com as normas legais;

10.1.3 - Regularidade Fiscal e Trabalhista

a) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sededa licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sededo licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Certificados de regularidades perante a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo e Serviço – FGTS;
- e) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através da Certidão negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- f) Cumprimento do disposto no **inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal**.
- g) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis.
- h) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante – (Súmula 50 do TCE);

10.1.4 - Outras Comprovações

- a) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, asseverando que o Licitante não está declarado inidôneo por qualquer órgão da Administração Pública ou impedido de licitar e contratar com esta Administração Municipal.
- b) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, de que não possui em seu quadro societário e funcional, servidor público ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- c) Declaração do Licitante, elaborada preferencialmente em papel timbrado e subscrita pelo representante legal, de pleno atendimento aos requisitos de habilitação.

11 DO PROCEDIMENTO DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

- 11.2 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública por meio de sistema eletrônico.
- 11.3 O Presidente da Comissão de Contratação Especial verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos.
- 11.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas para a fase de lances.
- 11.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Presidente da Comissão de Contratação Especial e os Licitantes.
- 11.6 As propostas classificadas e selecionadas para a fase de lances darão início à etapa competitiva, em que os Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 11.7 Os Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando as regras estabelecidas no Edital.
- 11.8 O Licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 11.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 11.10 Durante o transcurso da sessão pública, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do Licitante.
- 11.11 No caso de desconexão com o Presidente da Comissão de Contratação Especial, no decorrer da etapa competitiva da CONCORRÊNCIA na forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos Licitantes para a recepção dos lances, retornando o Presidente da Comissão de Contratação Especial, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

- 11.12 Quando a desconexão persistir para o Presidente da Comissão de Contratação Especial por tempo superior a dez minutos, a sessão da CONCORRÊNCIA na forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Presidente da Comissão de Contratação Especial aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação, informando data e hora da reabertura da sessão.
- 11.13 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 11.14 Caso o Licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 11.15 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entrelances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 11.16 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

12 - DO JULGAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1 - Encerrada a etapa de negociação, caso tenha ocorrido, o Presidente da Comissão de Contratação Especial examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estimado pela Administração.

12.2 - O critério de aceitabilidade dos preços ofertados será o de compatibilidade com os preços dos insumos e salários praticados no mercado, coerentes com a execução do objeto ora licitado, acrescidos dos respectivos encargos sociais e benefícios e despesas indiretas.

12.3 O Presidente da Comissão de Contratação Especial deverá certificar que a proposta comercial atende o Edital ou a recusa da proposta.

12.3.1 Se a proposta não atender as exigências do Edital, o Presidente da Comissão de Contratação Especial examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

12.4 Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas neste Edital, o Presidente da Comissão de Contratação Especial, se necessário, diligenciará junto a qualquer órgão ou profissional técnico capacitado que se fizer necessário.

12.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.6 O Presidente da Comissão de Contratação Especial poderá convocar o Licitante para enviar **DOCUMENTO DIGITAL COMPLEMENTAR**, por meio de funcionalidade disponível no sistema ou se for o caso, por outro meio possível, no prazo **mínimo de 02 (duas) horas** ou por prazo que julgar razoável para apresentação do documento solicitado considerando a complexidade da licitação, sob pena de não aceitação da proposta.

12.6.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Presidente da Comissão de Contratação Especial por solicitação escrita e justificada do Licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Presidente da Comissão de Contratação Especial.

12.7 Poderá o Presidente da Comissão de Contratação Especial no julgamento da habilitação e das propostas sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos Licitantes.

12.8 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Presidente da Comissão de Contratação Especial verificará a habilitação do Licitante que teve sua proposta aceita.

12.9 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do Licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificada inicialmente o eventual descumprimento das condições de participação,



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame.

12.9.1 Constatada a existência de sanção, o Licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

12.9.2 Caso o Licitante seja inabilitado, ocorrerá o retorno para a fase de aceitação da proposta, onde o Presidente da Comissão de Contratação Especial examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e aos requisitos de habilitação.

12.10 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação e seus subitens neste Edital, o(s) Licitante(s) será(ão) habilitado(s) e declarado(s) vencedor(es) do certame.

12.11 Quanto à microempresa e empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

12.12 Não ocorrendo a regularização da documentação, no prazo previsto neste subitem, implicará decadência do direito à execução do objeto deste certame, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação, assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente que o substitua, ou revogar o (s) item (s) ou a licitação.

12.13 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação **COMPLEMENTARES**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e **JÁ APRESENTADOS**, o Licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

12.14 Da sessão, o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

13. DA ADJUDICAÇÃO, DO RECURSO E DA HOMOLOGAÇÃO

13. O objeto da licitação será adjudicado ao Licitante declarado vencedor, por ato do Presidente da Comissão de Contratação Especial após apreciação dos documentos de habilitação e das propostas dos Licitantes vencedores, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.1 O Licitante que pretenda recorrer deverá manifestar de imediato e motivadamente a sua intenção de interpor recurso dentro de **15 (QUINZE) MINUTOS** aberta etapa “manifestação de recursos”, através de formulário próprio no sistema eletrônico, explicitando sucintamente contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer, após verificadas as condições de admissibilidade do recurso, sendo admitido pelo Presidente da Comissão de Contratação Especial, o Recorrente terá o prazo de **03 (três) dias úteis** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais Licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do Recorrente, por meio de formulário específico também no sistema que será disponibilizado a todos os participantes, sendo-lhes assegurada vista dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.2 A ausência de manifestação imediata e motivada do Licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Presidente da Comissão de Contratação Especial ao Licitante vencedor e o encaminhamento do processo ao Senhor Prefeito Municipal para a sua devida homologação.

13.3 Não serão passíveis de apreciação os motivos expostos nas razões do recurso que não tenham sido alegados no ato da manifestação na sessão pública da CONCORRÊNCIA na forma Eletrônica.

13.4 Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

Licitante, ou baseada em fatos genéricos.

13.5 Interposto o recurso, o Presidente da Comissão de Contratação Especial poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado ao Senhor Prefeito Municipal.

13.6 O Presidente da Comissão de Contratação Especial poderá sugerir, ainda, a reabertura da sessão pública e ou a anulação e revogação do procedimento, o que será devidamente decidido pelo Senhor Prefeito Municipal.

13.7 A sessão pública poderá ser reaberta:

13.7.1 Nas hipóteses de provimento do recurso que leve a anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.7.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o Licitante declarado vencedor não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.8 Todos os Licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.9 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13.10 O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.11 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Senhor Prefeito Municipal adjudicará o objeto do certame ao Licitante vencedor e homologará o procedimento.

13.12 Homologado o resultado da licitação, será formalizada a contratação decorrente deste certame licitatório mediante Termo Contratual.

14. DA FORMA DE PAGAMENTO:

14.1 - O pagamento acontecerá de acordo com as medições realizadas pelo Departamento Municipal de Engenharia, e de acordo com o cronograma de obra, através do engenheiro responsável pela fiscalização e acompanhamento. Não será aceito nenhuma nota fiscal sem o devido laudo de medição, acompanhado pelo setor da engenharia.

14.2 A nota fiscal da prestação de serviços deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada do atestado de efetiva prestação do serviço, expressamente emitido pelo engenheiro responsável pela fiscalização dos serviços, ficando suspenso, na sua ausência, o correspondente pagamento, e ainda acompanhada de comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes ao serviço prestado.

14.3 Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal.

15. DO MODELO DE EXECUÇÃO e DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1 A execução da reforma terá como referência os serviços descritos no Termo Referência elaborado pela secretaria requisitante. A ausência de outros projetos não acarretará prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, em decorrência da baixa complexidade das intervenções que serão executadas.

15.2 O regime de execução indireta será a empreitada por preço unitário, entendido como a "execução da obra por unidade", consoante disposto no art.46, I da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

15.3 A execução da obra estará restrita ao previamente definido e disposto no Termo de Referência, considerando para o melhor resultado as normativas técnicas nele designadas, bem como as especificidades dos materiais ali determinados a fim de garantir resultado esteticamente adequado e durabilidade das intervenções a serem executadas.

15.4 A emissão do recebimento definitivo **não eximirá o fornecedor de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que órgão contratante venha a fazer**, baseada na existência de material/produto/serviço inadequado ou defeituoso, no prazo de garantia.

15.5 É vedada a subcontratação do objeto, sem anuência expressa da Administração, conforme prerrogativa do art. 122, § 2º da Lei 14.133/2021.

15.6 O objeto deste Edital e seus anexos serão recebidos:

a) **Provisoriamente:** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) **Definitivamente:** por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

15.7 O recebimento definitivo deverá sempre ser antecedido do recebimento provisório e será condição para o pagamento de cada etapa da obra.

15.8 O licitante vencedor deverá comunicar formalmente à Prefeitura Municipal de Vitória Brasil/SP, por meio do representante legal, acerca da entrega integral do objeto para que seja efetuada a avaliação e recebimento provisório e definitivo na forma descrita.

15.9 Após a comunicação formal da entrega, o Município de Vitória Brasil/SP terá o prazo de **30 (trinta) dias** para emissão do Termo de Recebimento Provisório, assim que emitido, começará a fluir o prazo de mais **90 (noventa) dias para emissão** do Termo de Recebimento Definitivo.

16. DO LOCAL DA OBRA E PRAZO PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DA OBRA

16.1 - O local da reforma/obra/serviços será: Na Rua XV de Novembro, 113, Centro, Casa da Agricultura “João Ciamponi”.

16.2 - O início da execução da reforma/obra/serviços deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da emissão da ordem de serviços pelo Setor de Licitação do Município de Vitória Brasil/SP.

16.3 É de inteira responsabilidade da licitante, **o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra, sendo que os materiais devem ser os de primeira linha necessários ao cumprimento integral do objeto da licitação**, baseando-se nas determinações e exigências contidas no Termo de Referência.

16.4 Responsabilizando-se, também, pelo atendimento a todos os dispositivos legais vigentes, assim como pelo cumprimento de normas técnicas da ABNT e demais instruções pertinentes, além da **observância normas de segurança do trabalho**.

16.5 É, também, de inteira responsabilidade da licitante, o descarte adequado de entulhos e outros restos provenientes da construção civil, devendo seguir rigorosamente as normas ambientais vigentes com a finalidade de mitigar eventuais impactos que poderão ser gerados em razão da execução do objeto deste Edital.

16.6 Em caso de dúvidas, se não houver especificação em nenhum documento contratual ou padrão existente na edificação, deverá ser consultada a fiscalização antes da execução da obra.

16.7 Somente o licitante contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto.

16.8 A futura Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 e Resoluções da CONAMA.

16.9 A futura contratada deverá primar pela utilização de produtos, de equipamentos e deserviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

17. DA GARANTIDA DA OBRA

17.1 O prazo de garantia será de **05 (cinco) anos**, em conformidade com o art.140, § 6º da Lei 14.133/2021.

17.2 O recebimento definitivo do objeto pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo supramencionado, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

18. DO PRAZO DA CONTRATAÇÃO

18.1 O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura do contrato **até 06 (seis) meses** devendo, no entanto, ser integralmente executado o objeto desta contratação, conforme Termo de Referência.

18.2 Poderá ser prorrogado dentro do limite legal estabelecido na Lei 14.133/2021, mediante termo aditivo.

19. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

19.1 Competem ao Fiscal de Obras do Município juntamente com o Engenheiro Civil Municipal, a fiscalização e controle da execução da obra, em conformidade com artigo 117 da Lei 14.133/2021.

19.2 O Fiscal do Contrato procederá à avaliação das especificações dos materiais de construções e serviços aplicados na obra, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os materiais e serviços que não estejam de acordo com as normas técnicas e nas planilhas orçamentárias, conforme art. 104, III da Lei 14.133/2021.

19.3 O previsto no item anterior não impede, a critério da Administração, a contratação de terceiro com formação e registro específico na área para assistir e subsidiar com informações pertinentes a essa atribuição, conforme art. 117 da Lei 14.133/2021.

20. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÕES – GARANTIA E PENALIDADES:

20.1 Homologado o resultado da licitação o vencedor terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar o contrato respectivo, que obedecerá às condições indicadas na minuta que acompanha o edital, na qual estão definidas as condições da execução da obra e do pagamento dos preços, as obrigações da firma contratada e as penalidades a que estará sujeita peça eventual inobservância das condições ajustadas.

20.2 O prazo para assinatura do contrato poderá ser prorrogado, por uma vez, quando a adjudicatária comprovar ter ocorrido justo impedimento por motivo de força maior.

20.3 O contrato executará a obra com observância rigorosa das especificações técnicas e demais condições deste Edital e de sua proposta, devendo concluí-los integralmente no prazo máximo de acordo com o Cronograma Físico da Engenharia.

20.4 No interesse da Administração, o valor do contrato decorrente desta licitação poderá ser acrescido ou reduzido em até 25% (vinte e cinco por cento), com o aumento ou a supressão dos serviços correspondentes, sem que disso resulte para a contratada direito a qualquer reclamação ou indenização.

20.5 Para garantia do integral cumprimento das obrigações assumidas a contratada deverá prestar garantia, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do respectivo instrumento, e uma das modalidades abaixo relacionadas:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

Banco Central do Brasil.

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

20.5.1 Em caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser feito em conta de poupança, em qualquer agência da rede bancária em nome do órgão promotor da licitação.

20.5.2 No caso da utilização da garantia para cobrança de débitos da contratada, esta deverá providenciar a correspondente reposição, no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da data em que for notificada.

20.5.3 Quando a garantia for prestada sob a forma de fiança bancária, a Carta de Fiança deverá ter validade mínima igual ao prazo inicial do contrato, com declaração expressa de renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 do Código Civil brasileiro, bem assim conter cláusula de prorrogação automática até que o órgão contratante confirme o cumprimento integral das obrigações da contratada. Quando o adjudicatário optar pelo seguro-garantia, deverá observar o disposto no artigo 97 da Lei nº. 14.133/2021.

20.5.4 O valor da garantia somente será liberado após cumprimento integral das obrigações da contratada e desde que não haja pendências para com o órgão contratante.

20.6 A recusa do Adjudicatário em assinar o contrato no prazo fixado na convocação caracteriza a inadimplência das obrigações decorrentes desta licitação, sujeitando-a às penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

20.6.1 Ocorrendo essa hipótese, o órgão promotor da licitação declarará cancelada a adjudicação e convocará os licitantes remanescentes, seguindo a ordem de classificação, para assinar o contrato, nas mesmas condições da vencedora.

20.7 O vencedor que se recusar a assinar o contrato estará sujeito às seguintes penalidades:

- a) Suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Público;
- b) Multa equivalente a 5% (cinco por cento) do valor da adjudicação; ou
- c) Ressarcimento, ao órgão promotor da licitação, do valor correspondente à diferença entre o preço da adjudicação recusada e o valor da contratação que vier a ser feita para a execução dos trabalhos licitados.

20.8 O valor da multa de que trata a letra "b" do subitem anterior deverá ser recolhido ao Cofre Público em nome do órgão promotor da licitação, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir de sua intimação por ofício, sujeita à atualização monetária, com base no mesmo índice aplicável aos créditos da Fazenda Pública, quando recolhida após esse prazo.

20.9 As penalidades serão aplicadas mediante procedimento administrativo específico, que assegurará o contraditório e a ampla defesa.

21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias:

2	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA BRASIL		
02	PODER EXECUTIVO		
02 08	SECRET. MUNIC. AGRIC. PEC. ABAST. MEIO AMBIENTE		
020801	DEPTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA		
20	AGRICULTURA		
20 606	Extensao Rural		
20 606 0009	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE		
20 606 0009 2025 0000	MANUTENÇÃO DA SECRET. AGROP. ABAST. MEIO AM		
181	3.3.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC.	
0.01.00	110.000	GERAL	



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

2	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA BRASIL
02	PODER EXECUTIVO
02 08	SECRET. MUNIC. AGRIC. PEC. ABAST. MEIO AMBIENTE
020801	DEPTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
20	AGRICULTURA
20 606	Extensao Rural
20 606 0009	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENT
20 606 0009 2025 0000	MANUTENÇÃO DA SECRET. AGROP. ABAST. MEIO A
210	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
0.92.00	100.065 REFORMA CASA DA AGRICULTURA

22. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1 - Nos termos do Título IV, Capítulo I da Lei 14.133/2021, os licitantes e o futuro contratado estarão sujeitos às regras neste item dispostas e serão responsabilizados administrativamente pelas seguintes infrações:

- Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- Dar causa à inexecução total do contrato;
- Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas na Nova Lei de Licitações as seguintes sanções:

- Advertência;
- Multa;
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

22.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;
- As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

23 - DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

23.1 **Até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório desta concorrência, por irregularidade na aplicação de Lei ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, com fundamento no art. 164 da Lei 14.133/2021.

23.2 A impugnação, dúvidas e esclarecimentos deverão ser feita mediante petição a ser enviada exclusivamente no próprio Sistema Eletrônico BLL Compras.

23.3 Caberá ao Presidente da Comissão de Contratação Especial juntamente com a **equipe de apoio**, e auxiliados pela Procuradoria Jurídica do Município, a resposta à impugnação, pedido de esclarecimento ou dúvidas



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

do certame, a qual será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame. Acolhida a impugnação do certame, será designada nova data para sua realização, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24 - DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1 A autoridade do Município de Vitória Brasil/SP compete anular esta concorrência por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado, nos termos do art. 71, II e III da Lei 14.133/2021:

24.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa, nos termos do §1º do artigo 71 da Lei 14.133/2021.

24.3 Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

24.4 Os licitantes não terão direito a indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

24.5 Na análise dos documentos de habilitação, a Presidente da Comissão de Contratação Especial poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme permite o art. 64, 1º da Lei 14.133/2021.

24.6 Esta concorrência poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência do Município de Vitória Brasil/SP.

24.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital, será excluído o dia do início e incluído o do vencimento, e serão considerados os dias corridos, exceto quando for expressamente disposto em contrário.

24.7.1 Só se iniciam e vencem os prazos referidos nesta licitação em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Vitória Brasil/SP, portanto, serão prorrogados até o próximo dia útil os prazos que vencerem aos finais de semana, feriados e pontos facultativos ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

25. – Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- A) Anexo I - Termo de Referência;
 - A.1) Estudo Técnico Preliminar;
- B) Anexo II – Modelo de proposta (planilha orçamentaria e cronograma físico-financeiro);
- C) Anexo III – Declaração Unificada;
- D) Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato;
- E) Anexo V – Termo de Ciência e Notificação;
- F) Anexo VI – Declaração de documentos a disposição do Tribunal.
- G) Anexo VII – Declaração de dispensa de vistoria;
- H) Anexo VIII – Atestado de Vistoria.

Prefeitura Municipal de Vitória Brasil/SP, em 17 de Outubro de 2024.

Paulo Henrique Miotto

Prefeito Municipal



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89

Anexo I – Termo de Referência

TERMO DE REFERÊNCIA

Setor Requisitante:	
Responsável pela aquisição: José Marcos Crippa	Matrícula/Cargo: Assistente Administrativo
e-mail: agricultura@vitoriabrasil.sp.gov.br	Telefone: 17 -3642-1168

1 – DO OBJETO/ SERVIÇO

1.1 NATUREZA DO OBJETO/SERVIÇO É COMUM

☒ SIM

☐ NÃO

1.2 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Contratação de empresa para realização de reforma da Casa da Agricultura “João Ciampone”, devendo o contratado executar a reforma conforme Termo de Referência e planilha orçamentária.

1.3 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA COLETADA POR MEIO DE:

☐ Catálogos

☐ ABNT

☐ Inmetro

☐ Instrumentos Normativos. Quais?

☐ Plataformas

☒ Outros – Tabelas de Composição - CDHU

☐ NÃO SE APLICA

1.4 LOCAL DE ENTREGA DO PRODUTO, SERVIÇO OU OBRA

Rua XV de Novembro, 113, Centro, Casa da Agricultura “João Ciampone”.

1.5 RECEBIMENTO DO OBJETO, SERVIÇO OU OBRA

Com fiscalização de servidor designado em Portaria e acompanhamento do Setor de Engenharia.

1.5.1 PROVISÓRIO

☒ Sim ☐ Não

Termo inicial e Prazo: A execução desta empreitada, como indicado pelo Setor de Engenharia, deverá ter seu início em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e concluída no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias. Tendo o seu recebimento provisório atestado pelo setor e após as devidas verificações, a emissão do atestado de recebimento definitivo.

1.5.2 DEFINITIVO

☒ Sim ☐ Não

Termo inicial e Prazo: A execução desta empreitada, como indicado pelo Setor de Engenharia, deverá ter seu início em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e concluída no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias. Tendo o seu recebimento provisório atestado pelo setor e após as devidas verificações, a emissão do atestado de recebimento definitivo.

Unidade Responsável: Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Rua Dr Nunes – 680 – Centro
CEP 15.713-000 – VITÓRIA BRASIL - SP

Fone: (17) 3642-9000
www.vitoriabrasil.sp.gov.br



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89

Ressalta-se, ainda, que o regime de execução que deverá ser adotado para a presente demanda será a do tipo “empreitada por preço global”, havia vista que o licitante vencedor ficará encarregado de adquirir os materiais e executar os respectivos serviços, a fim de cumprir, de modo integral, com o objeto. Tratando-se de serviço de engenharia, revolve-se de significativa importância a previsão, seja em edital, seja em contrato, de que o recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato. O Presidente da Comissão efetuará o julgamento das propostas pelo critério de menor preço global. Quando do recebimento do presente objeto, provisória ou definitivamente, o responsável deverá observar a perfeita execução e comprometimento com o objeto, sendo este fiscalizando desde seu início até os recebimentos pelo Setor de Engenharia desta municipalidade. Eventuais divergências deverão ensejar a rejeição dos serviços executados e consequente adoção de medidas legais cabíveis.

Unidade Responsável: Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- () Por item
() Por lote
(X) Global

Justificativa:

Trata-se de uma licitação em que a natureza do objeto não permite o parcelamento, em virtude de possível desvantagem a administração pública no momento da contratação e também no momento da fiscalização.

Em virtude de se tratar de contratação de objeto comum, e não possuir serviço especializado e a possibilidade de mão de obra terceirizada, não há prejuízos para a Administração Pública optar pelo menor Preço Global, possuindo vantagens que corroboram no gerenciamento do contrato e não implicará em desvantagens quanto a competitividade, visto que os valores estipulados foram estabelecidos a partir do Boletim Referencial de Custos – CDHU.

Agilidade na Contratação e Execução dos Serviços: A contratação do objeto por preço global também pode resultar em processos de contratação mais ágeis e flexíveis. Ao permitir a adjudicação do objeto de forma global, a administração pública ganha maior agilidade para gerir o processo licitatório e iniciar a execução dos serviços de forma mais rápida, atendendo de maneira mais eficiente às demandas.

Portanto, diante dos benefícios mencionados, a adjudicação por preço global se apresenta como uma opção vantajosa e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e transparência que regem as contratações públicas, conforme preconizado pela Lei 14.133/2021.

1.7 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

PLANILHA ORÇAMENTARIA

Local:		Rua XV DE NOVENBRO, nº 113 , Centro, Cep: 15713-000, Vitoria Brasil/SP				REFERENCIA - CDHU C/ DESONERAÇÃO			192			
Município:		Vitoria Brasil				BDI				20,00%		
Objeto:		REFORMA DA CASA DA AGRICULTURA.										
LOTE 01												
ITEM	REFERENCIA	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MATERIAL	M. O.	SERVIÇO	CUSTO TOTAL MATERIAL S/BDI	CUSTO TOTAL M.O C/BDI	Total	
SUBTOTAL												
1.0			PINTURA									
1.0.1	CDHU	17.10.020	Piso em granilite moldado no local	m²	149,00	86,65	7,06	93,71	12.910,85	1.262,33	14.173,18	



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89

1.0.2	CDHU	17.10.200	Rodapé qualquer em granilite moldado no local até 10 cm	m²	93,50	43,36	3,53	46,89	4.054,16	396,07	4.450,23
1.0.4	CDHU	33.10.030	Tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo	m²	587,00	11,93	18,64	30,57	7.002,91	13.130,02	20.132,93
1.0.5	CDHU	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m²	180,00	15,59	26,02	41,61	2.806,20	5.620,32	8.426,52
TOTAL S/BDI								26.774,12			
								TOTAL C/BDI		20.408,73	47.182,85

Valor total de valor de **R\$ 47.182,85** (quarenta e sete mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

1.8 PRAZO DE CONTRATAÇÃO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:

Por seis meses não podendo ser prorrogado.

2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O prédio é utilizado pelos servidores do município os quais estes o usam como sede e base de suas operações e principalmente no serviço de assistência técnica e extensão rural pela Secretaria Municipal da Agricultura promovendo o desenvolvimento e fortalecimento das ações agropecuárias das cadeias produtivas e dos pequenos produtores rurais regionais tais como: Programa Patrulha Agrícola, Visitas Técnicas, Boas práticas de Conservação do Solo, Educação Sanitária, entre outros.

A manutenção e conservação do Prédio da Casa da Agricultura é uma ação justa e válida, pois visa ofertar uma melhor qualidade de trabalho para estes funcionários e para os produtores rurais e toda comunidade que ali é atendido, portanto a necessidade de reformar o predio é baseada nos seguintes pontos:

1. Ofertar melhor qualidade de atendimento aos munícipes de Vitória Brasil e demais cidadãos, proporcionando conforto, segurança e acessibilidade.
2. Atender as necessidades fisicas da atividade laboral dos servidores, gerar conforto e um ambiente acolhedor, promovendo incentivo e consequentemente gerando melhores resultados na execução dos serviços prestados pelos servidores da Casa da Agricultura.
3. Valorização do patrimônio público, onde a Casa da Agricultura é um patrimônio público de grande importância para o município. Sua reforma não apenas garantirá sua preservação, mas também contribuirá para sua valorização como um espaço simbólico e representativo da identidade local.

Em síntese, a contratação de empresa para realizar a reforma da Casa da Agricultura, promoverá melhorias tanto para os cidadãos quanto para os servidores, gerando mais produtividade, engajamento por parte dos servidores, resultando em um melhor atendimento aos cidadãos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Rua Dr Nunes – 680 – Centro
CEP 15.713-000 – VITÓRIA BRASIL - SP

Fone: (17) 3642-9000
www.vitoriabrasil.sp.gov.br



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

A solução proposta compreende a contratação de uma empresa para a realização da reforma da Casa da Agricultura

1. Substituição do do piso cerâmico atual pelo piso em granilite moldado no local.
2. Substituição do rodapé em piso ceramico atual por rodapé por piso tipo granilite, piso este existente no restante do prédio.
3. Pintura com atenção ao uso de tinta acrílica antimofo em massa, inclusive preparo.
4. Pintura com atenção ao uso de Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo

Essa solução integrada visa atender às necessidades de um local com melhores condições de trabalho, aumentando a eficácia do atendimento as demandas. Ao garantir uma infraestrutura com mais qualidade, espera-se proporcionar o melhor atendimento ao cidadão de Vitória Brasil.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

() Sim (X) Não

4.2 VISITA TÉCNICA

(X) Facultativa () Obrigatória

Nota: art. 63, §§ 2º, 3º e 4º, Lei 14.133/21

4.3 EQUIPE TÉCNICA - QUALIFICAÇÃO

Obrigatória

4.4 AMOSTRA/CATÁLOGO

() Sim (X) Não

4.4.1 PARA TODOS OS ITENS/ LOTES

() Sim (X) Não () Parte

4.4.2 PRAZO DE APRESENTAÇÃO

Não se aplica

4.4.3 CRITÉRIOS OBJETIVOS DE ANÁLISE DE CONFORMIDADE

Não se aplica

5- FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Para a escolha do fornecedor, considerando o valor estimado e a natureza do objeto, sugere-se a utilização da Concorrência Eletrônica como modalidade de licitação. A Concorrência Eletrônica é uma modalidade ágil e transparente, que permite a participação de um grande número de fornecedores e propicia uma competição mais acirrada, resultando em melhores condições para a Administração Pública. O critério de escolha do fornecedor mais vantajoso pode ser o de menor preço global, desde que atendidas todas as especificações técnicas e demais condições estabelecidas no edital. Isso garantirá a obtenção dos materiais necessários com o melhor custo-benefício para a Administração Municipal.

6- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89

Foram realizadas as seguintes pesquisas:

- ☐ pesquisa no Portal de Compras Governamentais (PNCP, compras.gov)
- ☐ banco de preços
- ☐ revistas especializadas
- ☐ contrato similar de outros entes públicos
- ☐ consulta junto aos fornecedores no comércio da região
- ☐ pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas
- ☐ preço fixado por órgão oficial competente
- ☐ preço fixado em Ata de Registro de Preços – ARP
- ☐ consulta na internet/mídia especializada, sítios eletrônicos ou de domínio amplo
- ☒ outros: Boletim Referencial de Custos - CDHU

Custo Estimado da Contratação: **R\$ 47.182,85 (quarenta e sete mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).**

7- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA BRASIL
02	PODER EXECUTIVO
02 08	SECRET. MUNIC. AGRIC. PEC. ABAST. MEIO AMBIENTE
020801	DEPTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
20	AGRICULTURA
20 606	Extensao Rural
20 606 0009	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
20 606 0009 2025 0000	MANUTENÇÃO DA SECRET. AGROP. ABAST. MEIO A
181	3.3.90.39.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC.
0.01.00	110.000 GERAL

2	PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORIA BRASIL
02	PODER EXECUTIVO
02 08	SECRET. MUNIC. AGRIC. PEC. ABAST. MEIO AMBIENTE
020801	DEPTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
20	AGRICULTURA
20 606	Extensao Rural
20 606 0009	DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E MEIO AMBIENTE
20 606 0009 2025 0000	MANUTENÇÃO DA SECRET. AGROP. ABAST. MEIO A
210	3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO
0.92.00	100.065 REFORMA CASA DA AGRICULTURA

8- CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO/ SERVIÇO

8.1 FORNECIMENTO DE BENS

- ☐ em parcela única
- ☐ mais de uma parcela
- ☒ não se aplica

8.2 CONTRATAÇÃO DE OBRA/SERVIÇOS EM REGIME DE EXECUÇÃO

- ☒ empreitada por preço global
- ☐ empreitada por preço unitário
- ☐ tarefa
- ☐ empreitada integral
- ☐ Não se aplica

8.3 CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS CONTINUADOS EM REGIME DE EXECUÇÃO

- ☐ empreitada por preço global
- ☐ empreitada por preço unitário
- ☒ Não se aplica

8.4 PRAZOS PARA ENTREGA DO OBJETO / SERVIÇO

8.4.1 ENTREGA DO OBJETO



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

A execução desta empreitada, deverá ocorrer na Rua XV de Novembro, 113, Centro, Casa da Agricultura “João Ciampone”. Vitória Brasil/SP, com início em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e concluída no prazo máximo de 04 (quatro) meses, conforme definido pelo setor de engenharia.

8.4.2 INICIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

INÍCIO: Na emissão de Ordem de Serviço.

CONCLUSÃO: A execução desta empreitada, deverá ocorrer na Rua XV de Novembro, 113, Centro, Casa da Agricultura “João Ciampone”. Vitória Brasil/SP, com início em até 5 (cinco) dias úteis após a assinatura do contrato e concluída no prazo máximo de 04 (quatro) meses, conforme definido pelo setor de engenharia.

8.5 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO/ SERVIÇO

(X) Sim () Não

A garantia de execução é um elemento crucial para a segurança e eficácia de qualquer contrato de reforma. Ela assegura que a empresa contratada cumprirá todas as suas obrigações contratuais e que a Administração Pública estará protegida contra eventuais falhas na execução da obra. A definição clara dos tipos de garantias e seus valores no contrato, bem como a fiscalização adequada durante a execução e pós-execução, são fundamentais para garantir o sucesso do projeto e a satisfação dos requisitos estabelecidos.

9- OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CONTRATADA:

A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Apresentar na fase de habilitação do certame, entre eles o atestado de capacidade de execução do objeto e os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021, constantes no edital, sendo: Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal da CONTRATADA; Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT; Certidão de Falência e Concordata e Anexos.

Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal da CONTRATADA; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT e Certidão de Falência e Concordata.

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (Art. 116 da Lei n.º 14.133/2021);

Comprovar a reserva de cargos a que se refere à cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (Art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

Apresentar a CONTRATANTE duas notas fiscais para cada medição realizada, uma referente ao serviço executado e outra do material utilizado, ambas em nome da CONTRATADA.

O não cumprimento das obrigações por parte do contratado pode acarretar em penalidades previstas em lei, como multas, rescisão contratual e impedimento de contratar com a administração pública. Por outro lado, o descumprimento das obrigações por parte da administração pública pode gerar o direito à indenização por parte da contratada, além de possíveis sanções administrativas.

CONTRATANTE:

São obrigações do CONTRATANTE, exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADA;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

Notificar a CONTRATADA por escrito sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/2021;

Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei;

Cientificar o órgão de representação da Procuradoria Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 GESTÃO

Unidade: Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente DA Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Responsável: José Marcos Crippa

10.2 FISCALIZAÇÃO

Unidade: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Responsável: Marcos Alberto Modulo

11- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 FORMA DE PAGAMENTO

(X) por medições () por recebimento de objeto () por serviços prestados



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89

Apresentar a CONTRATANTE duas notas fiscais para cada medição realizada, uma referente ao serviço executado e outra do material utilizado, ambas em nome da CONTRATADA.

12- VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1 DURAÇÃO DO CONTRATO

Prazo de vigência: 6 MESES

12.2 PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

() Sim (X) Não

13- INFRAÇÕES E SANÇÕES CONTRATUAIS

13.1 INFRAÇÕES

* As previstas e definidas no artigo 155 da Lei 14.133/2021

13.2 SANÇÕES

* As previstas e definidas no artigo 156 da Lei 14.133/2021

13.3 MULTA

* As previstas e definidas no artigo 156 da Lei 14.133/2021

13.4 RESCISÃO CONTRATUAL

* As previstas e definidas no 137 da Lei 14.133/2021

Vitória Brasil-SP, 31 de julho de 2024.

Gestor Responsável Pela Demanda:

José Marcos Crippa
Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

Anexo I – A.1

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Número do processo: _____/2024

Secretaria demandante: Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Responsáveis pelas informações do ETP: José Marcos Crippa / Humberto Junio Carvalho Ferreira

Objeto:

Contratação de empresa especializada para realização de reforma da Casa da Agricultura “João Ciampone”, devendo o contratado executar a reforma conforme o Termo de Referência e planilha orçamentária.

1 – Introdução

As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que, apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. Assim, busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor , termo de referência caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

2 – Descrição da necessidade da contratação

A reforma da Casa da Agricultura dessa municipalidade é uma iniciativa crucial e estratégica, fundamentada em uma série de fatores que demonstram a urgência e a relevância dessa intervenção.

O prédio é utilizado pelos servidores do município os quais estes o usam como sede e base de suas operações e principalmente no serviço de assistência técnica e extensão rural promovendo o desenvolvimento e fortalecimento das ações agropecuárias das cadeias produtivas e dos pequenos produtores rurais regionais tais como: Programa Patrulha Agrícola, Visitas Técnicas, boas práticas de Conservação do Solo, Educação Sanitária, entre outros.

A manutenção e conservação do Prédio da Casa da Agricultura é uma ação justa e válida, pois visa ofertar uma melhor qualidade de trabalho para estes funcionários e para os produtores rurais e toda comunidade que ali é atendido.



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

Dentre os pontos a destacar podemos elencar os seguintes:

Infraestrutura Obsoleta: A estrutura física da Casa da Agricultura apresenta sinais de desgaste e obsolescência, com problemas que comprometem a acessibilidade e o conforto dos funcionários e visitantes. Isso inclui problemas como o piso inadequado; pintura danificada por mofo, infiltrações já reparadas; e entre outros.

Adaptação às Novas Demandas: As demandas e necessidades da administração pública evoluíram ao longo do tempo, exigindo um ambiente de trabalho moderno e funcional para os servidores públicos. A reforma da Casa da Agricultura permitirá a reorganização dos espaços de trabalho de acordo com as novas demandas administrativas, promovendo maior eficiência e produtividade.

Valorização do Patrimônio Público: A Casa da Agricultura é um patrimônio público de grande importância cultural para o município. Sua reforma não apenas garantirá sua preservação, mas também contribuirá para sua valorização como um espaço simbólico e representativo da identidade local.

Em suma, a reforma da Casa da Agricultura é uma medida essencial para garantir a funcionalidade, segurança, acessibilidade e sustentabilidade deste importante espaço governamental, promovendo uma administração pública eficiente e alinhada com as necessidades da comunidade local.

3 – Alinhamento entre a contratação e o planejamento

A presente contratação ainda não está incluída no Plano de Contratações Anual em razão de sua superveniência, contudo, será encaminhada para inclusão, após a autorização da autoridade competente. Vale ressaltar que a contratação se compatibiliza com os demais instrumentos de planejamento.

4 – Requisitos da contratação

A empresa interessada deverá demonstrar sua capacidade técnica-operacional para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto, limitada a: Apresentação de no mínimo 01 (um) atestado de acervo técnico emitido pelo Conselho Profissional CREA – Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia, ou no CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo ao profissional indicado para a prestação dos serviços, nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.



PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89

5 – Estimativa das quantidades

PLANILHA ORÇAMENTARIA

Local:		Rua XV DE NOVENBRO, nº 113 , Centro, Cep: 15713-000, Vitoria Brasil/SP				REFERENCIA - CDHU C/ DESONERAÇÃO			192				
Município:		Vitoria Brasil				BDI					20,00%		
Objeto:		REFORMA DA CASA DA AGRICULTURA.											
LOTE 01													
ITEM	REFERENCIA	CODIGO	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MATERIAL	M. O.	SERVIÇO	CUSTO TOTAL MATERIAL S/BDI	CUSTO TOTAL M.O C/BDI	Total		
SUBTOTAL													
1.0			PINTURA										
1.0.1	CDHU	17.10.020	Piso em granilite moldado no local	m²	149,00	86,65	7,06	93,71	12.910,85	1.262,33	14.173,18		
1.0.2	CDHU	17.10.200	Rodapé qualquer em granilite moldado no local até 10 cm	m²	93,50	43,36	3,53	46,89	4.054,16	396,07	4.450,23		
1.0.4	CDHU	33.10.030	Tinta acrílica antimoho em massa, inclusive preparo	m²	587,00	11,93	18,64	30,57	7.002,91	13.130,02	20.132,93		
1.0.5	CDHU	33.10.100	Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo	m²	180,00	15,59	26,02	41,61	2.806,20	5.620,32	8.426,52		
						TOTAL S/BDI			26.774,12				
							TOTAL C/BDI			20.408,73	47.182,85		



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



6 - Levantamento de mercado

Foi realizado o levantamento utilizando o Boletim Referencial de Custos nº 192 – CDHU com desoneração.

7 - Estimativa do valor da contratação

Em levantamento realizado para reforma da Casa da Agricultura obteve-se a estimativa do valor de **R\$ 47.182,85** (quarenta e sete mil, cento e oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

8 – Descrição da solução como um todo

A solução proposta compreende a contratação de uma empresa para a realização da reforma da Casa da Agricultura, conforme planilha orçamentária. A descrição da solução inclui:

1. Substituição do do piso cerâmico atual pelo piso em granilite moldado no local.
 2. Substituição do rodapé em piso ceramico atual por rodapé por piso tipo granilite, piso este existente no restante do prédio.
 3. Pintura com atenção ao uso de tinta acrílica antimofa em massa, inclusive preparo.
 4. Pintura com atenção ao uso de Textura acrílica para uso interno / externo, inclusive preparo
- Após o levantamento de mercado reconhece-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública é contratação de empresa para realização da reforma da Casa da Agricultura de acordo com a planilha orçamentária e demais documentos emitidos pelo setor de engenharia, necessário para atender as demandas das atividades da Administração Municipal.

A contratação em tela visa dar continuidade as atividades que dão operacionalização e adequação à Administração Pública em suas atribuições finalísticas, uma vez que, os itens são de extrema necessidade e utilizados na rotina administrativa, compreendendo a necessidade da contratação do serviço não executado diretamente pelo ente.

9 – Justificativa para o parcelamento (ou não) da solução

Trata-se de uma licitação em que a natureza do objeto não permite o parcelamento, em virtude de possível desvantagem a administração pública no momento da contratação e também no momento da fiscalização.

Em virtude de se tratar de contratação de objeto comum, e não possuir serviço especializado e a possibilidade de mão de obra terceirizada, não há prejuízos para a Administração Pública optar pelo menor Preço Global, possuindo vantagens que corroboram no gerenciamento do contrato e não implicará em desvantagens quanto a competitividade, visto que os valores estipulados foram estabelecidos a partir do Boletim Referencial de Custos – CDHU.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



Agilidade na Contratação e Execução dos Serviços: A contratação do objeto por preço global também pode resultar em processos de contratação mais ágeis e flexíveis. Ao permitir a adjudicação do objeto de forma global, a administração pública ganha maior agilidade para gerir o processo licitatório e iniciar a execução dos serviços de forma mais rápida, atendendo de maneira mais eficiente às demandas.

Portanto, diante dos benefícios mencionados, a adjudicação por preço global se apresenta como uma opção vantajosa e alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, competitividade e transparência que regem as contratações públicas, conforme preconizado pela Lei 14.133/2021.

10 – Demonstrativos dos resultados pretendidos

Com a presente contratação deseja-se adquirir serviços com padrão de qualidade necessária para uma melhor manutenção dos serviços públicos. Além disso, a contratação visa suprir os ensejos da secretaria requisitante, oferecendo os itens necessários para realização da reforma da Casa da Agricultura. Espera-se ainda a redução do desperdício passivo visto que exigirá procedimento licitatório na modalidade concorrência eletrônica onde o vencedor ofertará o menor preço global, conforme artigo 33 da Lei nº 14.133/2021.

Ainda, espera-se:

A estrutura física da Casa da Agricultura apresenta sinais de desgaste e obsolescência, com problemas que comprometem a acessibilidade e o conforto dos funcionários e visitantes. Isso inclui problemas como o piso inadequado; pintura danificada por mofo, infiltrações já reparadas; e entre outros, onde espera-se que sejam corrigidos.

Tornar a estrutura do prédio capaz de atender as demandas e necessidades da administração pública, estas que evoluíram ao longo do tempo, exigindo um ambiente de trabalho moderno e funcional para os servidores públicos. A reforma da Casa da Agricultura permitirá a reorganização dos espaços de trabalho de acordo com as novas demandas administrativas, promovendo maior eficiência e produtividade.

Sua reforma não apenas garantirá sua preservação, mas também contribuirá para sua valorização como um espaço simbólico e representativo da identidade local.

Esses são alguns dos resultados esperados com a reforma da Casa da Agricultura, demonstrando os impactos positivos que essa intervenção pode trazer para a administração pública e para a qualidade de vida dos cidadãos do município.

11- Providências a serem adotadas pela administração

Previamente à celebração do contrato, se faz imperioso que os servidores sejam orientados quanto a fiscalização e gestão contrato, para o acompanhamento e cobrança dos serviços a serem contratados. E havendo a necessidade deve-se promover:

1. Capacitação de Servidores:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



- Promover a capacitação de servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, oferecendo treinamentos específicos sobre as exigências técnicas, normativas e operacionais relacionadas à execução de obras e reformas.

- Capacitar a equipe para realizar uma fiscalização eficaz da execução dos serviços contratados, garantindo o cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas no contrato.

2. Atualização sobre Legislação Pertinente:

- Manter os servidores e empregados atualizados sobre a legislação pertinente à segurança, acessibilidade, qualidade de materiais e execução do objeto.

3. Estabelecimento de Procedimentos Internos:

- Definir procedimentos internos claros e objetivos para a gestão e fiscalização do contrato, estabelecendo responsabilidades, fluxos de comunicação e prazos para a realização das atividades relacionadas à contratação e execução dos serviços.

4. Utilização de Tecnologia da Informação:

- Poderá implementar sistemas informatizados de gestão de contratos que facilitem o acompanhamento e monitoramento das atividades, permitindo o registro e acompanhamento de informações relevantes, como cronogramas, relatórios de execução e comunicações entre as partes.

5. Comunicação e Transparência:

- Estabelecer canais de comunicação eficientes entre a administração pública, a empresa contratada e a equipe de fiscalização, promovendo a troca de informações e o esclarecimento de dúvidas de forma transparente e ágil.

6. Acompanhamento e Avaliação Contínua:

- Realizar acompanhamento contínuo da execução do contrato, por meio de visitas técnicas, análise de relatórios de acompanhamento e feedbacks dos envolvidos, visando identificar eventuais problemas e oportunidades de melhoria.

Por meio dessas medidas, a prefeitura de Vitória Brasil buscará garantir uma gestão eficiente e transparente do contrato de prestação de serviços para os eventos culturais, assegurando o cumprimento dos objetivos estabelecidos e a maximização dos resultados para a comunidade local.

12 - Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13 – Impactos ambientais e medidas de tratamento

Geração de resíduos de construção que devem ser destinados e dispostos de forma adequada.

14 – Declaração de viabilidade (ou não) da contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Considerando a necessidade de realização de um ambiente de trabalho mais adequado e funcional, os servidores públicos poderão desempenhar suas funções de forma mais eficiente e produtiva, resultando em uma melhoria na qualidade dos serviços prestados à comunidade;

Considerando a reorganização dos espaços e a modernização das instalações permitirão uma gestão mais eficiente dos processos administrativos, reduzindo tempos de espera, otimizando fluxos de trabalho e simplificando procedimentos burocráticos;

Considerando que a Casa da Agricultura reformada poderá oferecer melhores condições para o atendimento ao público, garantindo maior transparência nos processos administrativos e facilitando o acesso dos cidadãos aos serviços e informações municipais;

Esta Administração Pública declara, de forma conclusiva, que a contratação de empresa para reforma da Casa da Agricultura é viável e adequada para atender às necessidades de melhorias.

Esta contratação proporcionará condições técnicas adequadas, segurança e organização para execução dos serviços e materiais exigidos para reforma da Casa da Agricultura.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Vitória Brasil, 31 de Julho de 2024.

José Marcos Crippa – Assistente Administrativo.

Humberto Junio Carvalho Ferreira – Engenheiro Civil



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



Anexo II – Modelo de proposta (planilha orçamentaria);

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2024
CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 002/2024

MODELO DE PROPOSTA

Razão Social:		
CNPJ(MF):	Inscrição Estadual:	
Endereço:		
Cidade:	Estado:	
Fone:	E-mail:	
Banco:	Agência:	Conta
Nome do responsável legal para a assinatura do contrato:		
RG:	CPF:	
Data Nasc.:	E-mail:	
Endereço:	Cidade/UF:	
Nacionalidade:	Cargo:	
Estado Civil:	Telefone:	



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



Anexo III – Declaração Unificada;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2024
CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 002/2024

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

(papel timbrado da licitante)

A

Prefeitura Municipal de Vitória Brasil/SP

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

* Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

a. Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público

b. Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

c. Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso corpo social, nem no quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

d. Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

e. Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº , cuja função/cargo é....., responsável pela assinatura do Contrato ou equivalente.

f. Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório seja através do telefone (...) ou encaminhado para o Email.....

g. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

(Local/Data)

(Nome Legível/Cargo)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato:

PROCESSO N°. 035/2024

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO. VISANDO A EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA DA CASA DA AGRICULTURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL/SP, QUE ENTRE SI CELEBRAM, A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA BRASIL/SP E A EMPRESA.....

Por este instrumento, a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA BRASIL**, Estado de São Paulo, pessoa Jurídica de direito público, devidamente inscrita no CNPJ sob o Nº, sediada na, nº Centro/SP, aqui representado pelo Prefeito Municipal Senhor, brasileiro, casado, doravante denominado somente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa XXXX, inscrita no CNPJ nº XXXX, representada pelo **Sr. XXX**, inscrito no CPF: XXX, e-mail, telefone, denominada **CONTRATADA**, tem entre si, justo e contratado a prestação dos serviços descritos neste termo, referente à Modalidade **Concorrência Eletrônica nº 002/2024**, com observância na da Lei 14.133/2021 e à proposta vencedora constante dos autos, revolvem celebrar presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

www.vitoriabrasil.sp.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



dias úteis, contados da emissão da ordem de serviços pelo Setor de Licitação do Município de Vitória Brasil/SP.

2.3. Do prazo entrega da obra:

2.3.1 O objeto deste certame deverá seguir o , sendo que tal prazo será contado a partir da data de início da execução do objeto nos termos do item 2.1.4, sob pena de aplicação de multa de mora na hipótese de atraso injustificado.

2.3.2 Excepcionalmente, a execução do objeto poderá ser prorrogada por uma única vez, mediante justificativa por escrito da **CONTRATADA**, desde que aceita expressamente pela Administração.

2.3.3 Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para da obra/serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

2.4 Das condições de entrega e recebimento do objeto:

a) **Provisoriamente:** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;

b) **Definitivamente:** por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

2.4.1. O recebimento definitivo deverá sempre ser antecedido do recebimento provisório e será condição para o pagamento de cada etapa da obra.

2.4.2. O licitante vencedor deverá comunicar formalmente à Prefeitura Municipal, por meio do representante legal, acerca da entrega integral do objeto para que seja efetuada a avaliação e recebimento provisório e definitivo na forma descrita no item

2.4.3. Após a comunicação formal da entrega, o Município terá o prazo de 30 (trinta) dias para emissão do Termo de Recebimento Provisório, assim que emitido começará a fluir o prazo de mais 90 (noventa) dias para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

2.5 Requisitos de qualidade e segurança:

2.5.1. É de inteira responsabilidade da licitante o atendimento a todos os dispositivos legais vigentes, assim como pelo cumprimento de normas técnicas da ABNT e demais instruções pertinentes, além da **observância normas de segurança do trabalho.**

2.5.2. Responsabilizando-se, também, o fornecimento de todos os materiais, equipamentos e mão de obra, sendo que os materiais devem ser os de primeira linha necessários ao cumprimento integral do objeto da licitação

2.5.3. É, também, de inteira responsabilidade da licitante, o descarte adequado de entulhos e outros restos provenientes da construção civil, devendo seguir rigorosamente as normas ambientais vigentes com a finalidade de mitigar eventuais impactos que poderão ser gerados em razão da execução do objeto deste Edital, conforme edital.

2.5.4. Em caso de dúvidas, se não houver especificação em nenhum documento contratual ou padrão existente na edificação, deverá ser consultada a fiscalização antes da execução da obra.

2.5.5. Somente o licitante contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto.

2.6 Da observância da gestão dos resíduos da construção civil:

2.6.1. A futura Contratada deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 e Resoluções da CONAMA.

2.6.2. A futura contratada deverá primar pela utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais.

2.7 Da garantia da Obra:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

- 2.7.1. O prazo de garantia será de 05 (cinco) anos, em conformidade com o art.140, § 6º da Lei 14.133/2021.
- 2.7.2. O recebimento definitivo do objeto pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo supramencionado, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificada, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessária.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES.

3.1 Constituem obrigações, direitos e responsabilidades da CONTRATANTE:

- 3.1.1. Efetuar o pagamento nas condições, preços e prazos pactuados.
- 3.1.2. Emitir ordem de serviços para o início das obras pela **CONTRATADA**, devidamente ~~alinhada~~ pela autoridade superior ou Departamento Municipal de Engenharia.
- 3.1.3. Modificar o contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA, nos termos do Art.104, I, e Art. 124, I, todos da Lei 14.133/2021.
- 3.1.4. Extinguir o contrato, com fundamento no art.104, II da Lei 14.133/2021, nos casos especificados na mesma norma.
- 3.1.5. Aplicar sanções motivadas pelo descumprimento total ou parcial do contrato, incluída a advertência e a suspensão do direito de licitar com a Prefeitura Municipal de Vitória Brasil/SP, em conformidade com o disposto no art.104, IV, da Lei 14.133/2021.
- 3.1.6. Rejeitar o objeto do contrato, no todo ou em parte, caso esteja em desacordo com o ajuste, conforme prerrogativa do art.140, §1º da Lei 14.133/2021.

3.2 - Constituem obrigações, direitos e responsabilidades da CONTRATADA:

- 3.2.1. Comprometer-se a entregar a obra/serviços, conforme especificados e, no termo de Referência e Planilha Orçamentária e na proposta de preços oferecida pela Contratada.
- 3.2.2. Realizar o serviço, entrega de materiais e execução da obra e instalações objeto deste contrato no prazo, local e condições propostas, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**.
- 3.2.3. Manter, durante toda a execução do objeto contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, nos termos do Art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021.
- 3.2.4. Ser remunerada, dentro do prazo estabelecido na Cláusula Quinta, pela execução da obra/serviço à **CONTRATANTE** mediante apresentação de Nota Fiscal corretamente emitida, desde que tenha havido medição da prestação do serviço, nos termos das normas de execução da Cláusula Segunda.
- 3.2.5. Na hipótese de alteração contratual unilateral do item 3.1.3, a **CONTRATADA** será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial do contrato, conforme art. 125 da Lei 14.133/2021.
- 3.2.6. A **CONTRATADA** será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, consoante determina a Lei 14.133/2021 em seu artigo 119.
- 3.2.7. Assumir inteira e expressa responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste do contrato, conforme art. 121 da Nova Lei de Licitações.
- 3.2.8. A **CONTRATADA** será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme art.120 da Lei 14.133/2021.
- 3.2.9. É dever da **CONTRATADA** manter durante o período de vigência do contrato de obra/serviço, e-mail



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

institucional, oficial, atualizado, vigente e operacional, para executar os contatos oficiais com o **CONTRATANTE**, para realização de contratos, adendos, renovações, notificações, ofícios e todos demais atos administrativos.

3.2.10. Atender outras condições, conforme necessidade da **CONTRATANTE**.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO

4.1. O prazo de vigência da contratação será da data de assinatura do contrato até xx de xx de 20xx, devendo, no entanto, ser integralmente executado o objeto desta contratação, conforme Termo de Referência.

4.2. Poderá ser prorrogado dentro do limite legal estabelecido na Lei 14.133/2021, mediante termo aditivo.

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. O valor global do contrato é R\$ XX (XXXXXX)

5.2. O pagamento acontecerá de acordo com as medições realizadas pelo Departamento Municipal de Engenharia, através do engenheiro e fiscal responsável pela fiscalização e acompanhamento da obra.

5.3. As medições realizadas e aprovadas e empenhadas serão pagas em até 30 (trinta) dias.

5.4. A nota fiscal da prestação de serviços deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada do atestado de efetiva prestação do serviço, expressamente emitido pelo engenheiro responsável pela fiscalização dos serviços, ficando suspenso, na sua ausência, o correspondente pagamento, e ainda acompanhada de comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes ao serviço prestado (INSS, FGTS e ISSQN), bem como de Certificado de Regularidade do FGTS ("CRF") emitido pela Caixa Econômica Federal, do arquivo impresso da "SEFIP" (Sistema Empresa de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social) com seu respectivo protocolo de envio, através do canal da Conectividade Social, e da Certidão Negativa de Débitos Previdenciários (ou equivalente, nos termos do art. 206 do CTN), emitida pela Secretaria da Receita Federal. Além disso, deve ser apresentada declaração de que possui escrituração contábil firmada pelo contador e responsável da empresa, e que os valores ora apresentados se encontram devidamente contabilizados nos termos das Instruções Normativas do INSS e verificação se necessário do Cadastro Nacional de Obras – CEI.

5.5. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a licitante vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal.

5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.7. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável.

5.8. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo licitante vencedora, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

5.9. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.10. A Prefeitura do Município de Vitória Brasil /SP se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela licitante vencedora, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

5.11. Ocorrendo atraso no pagamento das medições realizadas, será atualizada monetariamente até o efetivo pagamento.

6. CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas orçamentárias correrão por conta da seguinte dotação:

Ficha: xx



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

7.1. Compete ao Fiscal de Obras acompanhado do Engenheiro Civil Municipal, nomeado através de portaria para acompanhamento, fiscalização e controle da execução da obra, em conformidade com artigo 117 da Lei 14.133/2021.

7.2. O Fiscal do Contrato procederá à avaliação das especificações dos materiais de construções e serviços aplicados na obra, podendo rejeitar, no todo ou em parte, os materiais e serviços que não estejam de acordo com as normas técnicas e nas planilhas orçamentárias, conforme art. 104, III da Lei 14.133/2021.

7.3. O previsto no item anterior não impede, a critério da Administração, a contratação de terceiro com formação e registro específico na área para assistir e subsidiar com informações pertinentes a essa atribuição, conforme art. 117 da Lei 14.133/2021.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

8.1 A **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateralmente o presente contrato, conforme os permissivos legais estatuídos pelo art. 137 da Lei 14.133/2021, o que poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/21, as consequências jurídicas dispostas no art.139 desta mesma norma.

8.1.1 - O contrato ficará de pleno direito rescindido em caso de não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos e nas demais hipóteses do art. 137 da Lei 14.133/2021, ficando a **CONTRATANTE** com o direito de adquirir o produto de outra empresa e aplicar multa à **CONTRATADA**, além de exigir, se for o caso, indenização, com fundamento no art. 156 da Lei 14.133/2021.

8.1.2 A multa a que se refere o item anterior será de até 30% sobre o valor global do contrato e será calculada, em conformidade com o art.156, §1º da Lei 14.133/2021 e com a cláusula nona, levando-se em consideração: a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração Pública.

8.2 A **CONTRATADA** terá direito a exigir a extinção do contrato nas hipóteses do art.137, §2º da Lei 14.133/2021.

9. CLÁUSULA NONA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 A **CONTRATADA** será responsabilizada administrativamente pelas infrações enumeradas no art.155 da Lei 14.133/2021, sujeitando-se às penalidades de advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, conforme previsto no artigo 156 da Lei 14.133/2021.

9.1.1 A aplicação da advertência e da multa terá como referência o seguinte:

a) Advertência, pelo atraso de até 10 (dez) dias corridos e sem prejuízo para a Prefeitura Municipal, no andamento da obra.

b) Multa de até 10% do total do contrato para o caso de atraso superior a 10 (dez) dias corridos ou em situações que acarretem prejuízo a Administração na execução da obra.

c) Multa de até 15% do total do contrato para o caso de execução imperfeita do objeto.

d) Multa de até 20% sobre o valor total do contrato se deixar de entregar a obra no prazo determinado.

e) Multa de até 30% sobre o valor total do contrato no caso de grave prejuízo à Administração em decorrência da infração administrativa da contratada.

Poderá a depender da conduta, ser feito o encaminhamento ao Ministério Público para a aplicação das sanções criminais previstas nos artigos 337-E a 337-P do Código Penal, salvo a superveniência comprovada de motivo de força maior, desde que aceito pela Prefeitura Municipal de/SP.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICIDADE

10.1 A **CONTRATANTE** por meio da integração da plataforma BLL COMPRAS com o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), publicará o presente contrato e eventuais aditamentos no referido Portal, no site da Prefeitura Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



10.2 A **CONTRATANTE**, em seu sítio eletrônico oficial, fará a publicação do ato de autorização da contratação e do extrato decorrente deste contrato para os efeitos legais, previstos na legislação pertinente, conforme disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1 Este contrato está vinculado ao Edital, bem como ao ato de adjudicação e a homologação, a qual autorizou a celebração deste instrumento com a **CONTRATADA**, mediante regular processo licitatório na modalidade Concorrência, bem como a sua respectiva proposta vencedora, nos termos do art. 92, II da Lei 14.133/2021.

11.2 Este contrato regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de Direito Público, sendo-lhe aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, com fundamento no disposto no art.89 c/c art.92, III da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. As partes elegem o foro da Cidade e Comarca de Jales/SP para dirimir toda e qualquer dúvida ou litígio decorrentes do presente contrato, primando, sempre que possível, pela utilização de meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, nos termos do art.151 da Lei 14.133/2021.

E por estarem assim ajustadas, celebram e firmam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um único fim de direito, obrigando-se por si e sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

....., xx de xx de 2024.

.....
Prefeito Municipal
Contratante

Xxxxxxx
Empresa
Contratado

TESTEMUNHAS:

1ª _____ C.P.F:

2ª _____ C.P.F:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

Anexo V – Termo de Ciência e Notificação;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2024
CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 002/2024

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____ CONTRATO
Nº (DE ORIGEM): _____ OBJETO: ____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



Cargo: _____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):

Tipo de ato sob sua responsabilidade:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

(*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável(is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. (inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

Anexo VI – Declaração de documentos a disposição do Tribunal.



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2024
CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 002/2024

DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

CONTRATANTE: PREFEITURA DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ:
CONTRATADA:
CNPJ:
CONTRATO Nº:
DATA DE ASSINATURA:
VIGENCIA:
OBJETO:
VALOR:

Declaro, na qualidade de responsável pela entidade supra epigrafada, sob as penas da Lei, que os demais documentos originais, atinentes à correspondente licitação, encontram-se no respectivo processo administrativo arquivado na origem à disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, e serão remetidos quando requisitados.

Vitória Brasil/SP, _____ de _____ de
2024.

.....
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89

Anexo VII – Declaração de dispensa de vistoria;



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2024
CONCORRÊNCIA ELETRONICA Nº 002/2024

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA

(Anexar em documentos complementares no Sistema BLL Compras)

(Razão social da Licitante) _____ inscrita no CNPJ sob o nº. __, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a). _____, portador do CPF __, declara que está ciente e tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades para a execução do objeto deste procedimento licitatório, **dispensando a realização de vistoria**, nos termos do art. 63, § 3º da lei 14.133/2021.

Local e Data: _____, _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome do Responsável: _____

Assinatura do Responsável: _____

Carimbo CNPJ



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



Anexo VIII – Atestado de Vistoria.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 035/2024
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2024

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

(Anexar em documentos complementares no Sistema BLL Compras)

Atestamos, para os devidos fins que a empresa _____, CNPJ/MF nº _____E-mail _____por meio do representante legal Sr(a).____,CPF:____, **realizou a visita técnica e tomou conhecimento das condições e possíveis locais onde serão executados os SERVIÇOS** conforme detalhado na Planilha Orçamentári e Termi de Referência, objeto da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 002/2024, em atendimento ao Edital respectivo.

...../SP, _____, _____de 2024.

Nome do Engenheiro Municipal
CREA